



170

Quinta Câmara Cível

Embargos de Declaração nº 89625-7/02 - Recife (9ª Vara Cível)

Embargante: Célia Rejane Barbosa Pessoa

Embargado: Associação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco - APEPE

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

5462

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. O órgão julgador não está obrigado a acatar todos os argumentos do recorrente e, muito menos, forçado a analisar ponto a ponto suas alegações, bastando, para o ofício, decidir ou utilizar os fundamentos que entender suficientes para o deslinde da causa. Ausentes as hipóteses o art. 535 do CPC, não há como prosperar o inconformismo. Aclaratórios conhecidos, porém à unanimidade rejeitados.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia QUINTA CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **POR UNANIMIDADE DE VOTOS**, em **REJEITAR** os Embargos de Declaração, na conformidade do incluso voto, que passa a integrar este julgado.

Recife, 20 de janeiro de 2010.

  
Jovaldo Nunes Gomes  
Relator



179

Quinta Câmara Cível

Embargos de Declaração nº 89625-7/02 – Recife (9ª Vara Cível)

Embargante: Célia Rejane Barbosa Pessoa

Embargado: Associação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco – APEPE

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

## RELATÓRIO

Trata-se de embargos de declaração opostos por **Célia Rejane Barbosa Pessoa** contra acórdão que, por unanimidade, negou provimento ao Recurso de Agravo nº 89625-7/01, interposto contra decisão terminativa monocrática da minha lavrada lançada nos autos da Apelação Cível nº 89625-7.

Alega a embargante que a decisão foi omissa na medida em que não se pronunciou sobre as seguintes alegações levantadas no agravo: a) incompetência da Justiça Comum para processar e julgar o feito, posto que houve a cessão do crédito hipotecário para a EMGEA – Empresa Gestora de Ativos, empresa pública federal; b) aplicação dos artigos 973 do Código Civil de 1916 e 890 do Código de Processo Civil; c) injusta recusa quanto ao recebimento da prestação de acordo com a equivalência salarial, garantia insculpida no art. 5º da Lei nº 4.380/64.

Requeru o suprimento das omissões apontadas para o fim de prequestionamento e eventual interposição de recursos para os tribunais superiores.

Pugnou pelo conhecimento e provimento dos aclaratórios.

É o relatório.

Recife, 20 de janeiro de 2010.

  
**Jovaldo Nunes Gomes**  
Relator



130

Quinta Câmara Cível

Embargos de Declaração nº 89625-7/02 - Recife (9ª Vara Cível)

Embargante: Célia Rejane Barbosa Pessoa

Embargado: Associação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco - APEPE

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

## VOTO

O acórdão embargado está vazado nos seguintes termos (fls. 23 do Recurso de Agravo nº 89625-7/01):

"EMENTA. RECURSO DE AGRAVO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA MONOCRÁTICA PROFERIDA EM SEDE DE APELAÇÃO. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. MORA DO DEVEDOR. JUSTA RECUSA. SENTENÇA DO 1º GRAU QUE JULGOU IMPROCEDENTE O PEDIDO. CONFIRMADA. IMPROVIMENTO MONOCRÁTICO. ENTENDIMENTO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ARTIGO 557 DO CPC. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. Comprovado que a devedora se acha em mora com mais de 50 prestações do contrato de compra e venda e mútuo com garantia hipotecária de imóvel, tem-se como inquestionável a justa recusa do credor e a improcedência da consignatória."

Segundo consta do recurso, a parte alegou omissão no acórdão em três pontos, quais sejam:

A) Não pronunciamento sobre a incompetência da Justiça Comum para processar e julgar o feito - cessão do crédito hipotecário para a EMGEA - Empresa Gestora de Ativos, empresa pública federal.

Ora, a EMGEA não se manifestou nestes autos, não juntou qualquer petição, não demonstrou qualquer interesse, sendo terceira estranha ao processo. Permanecem, portanto, como partes no presente feito a Associação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco (APEPE) e a Sra. Célia Rejane Barbosa Pessoa.

Assim, não havia por que declarar a incompetência da Justiça Comum para processar e julgar a lide.

B) Não pronunciamento sobre a aplicação do art. 973 do Código Civil de 1916 e do art. 890 do CPC.

Os dispositivos tratam, respectivamente, do instituto do pagamento em consignação e seu procedimento. Não houve omissão no julgado, o argumento foi devidamente rebatido.

Como demonstrado na decisão terminativa, a recusa do credor foi justa, posto que a devedora se encontrava em mora com mais de 50



131

prestações. Desta feita, não havia como julgar procedente a ação de consignação em pagamento.

C) Não pronunciamento sobre a Injusta recusa quanto ao recebimento da prestação de acordo com a equivalência salarial (art. 5º da Lei nº 4.380/64).

Tal afirmação, de igual forma, fora refutada na sentença e confirmada no apelo. Em verdade, aquele que está em mora pode obter a extinção da obrigação, por consignação em pagamento, desde que se verifiquem duas condições: a) que o pagamento ainda seja útil ao credor; b) que o devedor acresça ao valor depositado os encargos decorrentes da mora. Na espécie, a devedora depositou valor a menor, sem observar as cláusulas do contrato.

Como bem asseverou o magistrado "a quo": "Ao propor tardiamente a consignatória nela se ofereceu quantia insuficiente como pagamento das prestações, ou seja, sem a devida correção monetária, sendo assim, se tivesse havido recusa do consignado, esta teria sido justa, pois o mesmo só deveria receber os valores devidos e nunca valores menores, por força do contrato pactuado".

Não houve, portanto, qualquer omissão no voto que pudesse justificar a interposição dos presentes aclaratórios. Na verdade, observo que possuem a nítida e confessada intenção de prequestionar os dispositivos legais indicados pelo embargante e não expressamente utilizados como razões de decidir na decisão embargada.

Ademais, como é cediço, o órgão julgador não está obrigado a acatar todos os argumentos do recorrente e, muito menos, forçado a analisar ponto a ponto suas alegações, bastando, para o ofício, decidir ou utilizar os fundamentos que entender suficientes para o deslinde da causa.

Nesse sentido, veja-se o entendimento da 1ª Turma do STJ:

"O órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio" (AI nº 169.073-SP-Ag Reg, Rel. Min. José Delgado. Primeira Turma. Julg. 04/06/98).

Por outro lado, se a decisão não fez justiça ao embargante, o recurso cabível para reformá-la é outro. Embargos declaratórios não se prestam para tal (TJPE, ED nº 51828-7/01, Relator Des. Jones Figueirêdo).

Assim sendo, não há omissões a serem sanadas, como também não vislumbro a ocorrência de qualquer uma das demais hipóteses do art. 535 do CPC, pelo que voto no sentido de CONHECER e REJEITAR os embargos opostos.

É como voto.

  
Jovaldo Nunes Gomes  
Relator